

MEMORIAL DESCRITIVO

JUSTIFICATIVA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA EMEI EULZA MARIA DE CARVALHO E DO PATIO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA CAPRONI.

Importante salientar que o referido projeto foi desenvolvido baseado em pedido efetuado pela Diretora de Dep. de Educação Sra. Marcia. A garantia de sucesso no objeto da obra está intimamente ligada à experiência da empresa vencedora em OBRAS de engenharia semelhantes, além de contar com uma equipe gabaritada em seus quadros.

Assim sendo, para fins de verificação da **qualificação técnica** das empresas interessadas neste processo licitatório, que eventualmente poderão ser contratadas pelo Poder Público, a Lei Federal nº 8.666/93 prevê a possibilidade de exigir dos licitantes a apresentação de atestados de desempenho anterior que demonstre sua capacidade técnica. Visando preservar a competitividade de certame. “Art. 30”.

Da ART de cargo ou função

Art. 43. O vínculo para desempenho de cargo ou função técnica, tanto com pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, obriga à anotação de responsabilidade técnica ART em cuja circunscrição for exercida a atividade.

§ 1º A ART relativa ao desempenho de cargo ou função deve ser registrada após assinatura do contrato ou publicação do ato administrativo de nomeação ou designação, de acordo com as informações constantes, constantes do documento comprobatório de vínculo do profissional com a pessoa jurídica.

DO ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL

Art. 48. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

Parágrafo único. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica varia em função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico...

DA EMISSAO DO ACERVO TECNICO

Art.55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica.

Parágrafo único. A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico **estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.**

isso significa dizer a licitante deverá ter em seu quadro de funcionários um corpo técnico que possua acervo solicitado no momento da licitação e durante todo o recorrer da obra. Pois caso aquele profissional, detentor da Certidão de Acervo Técnico (CAT), não mais pertença ao quadro de pessoal daquela empresa, esta empresa deixará de possuir capacidade técnica de executar os serviços descritos nas CAT's.

2. JUSTIFICATIVA: O trabalho educativo não se limita à sala de aula, a configuração do ambiente escolar deve ser acolhedora, contribuindo para tornar mais prazeroso o trabalho que ali se faz. Precisamos garantir que todos os espaços físicos da escola sejam pedagógicos e atraentes. O espaço escolar é um ambiente formador de personalidades e de representações.

Sua estrutura física deve ser atrativa para os alunos de forma que eles possam sentir-se à vontade para desenvolverem suas atividades socioeducativas e desenvolverem seu pensamento

crítico. Pode-se considerar o espaço escolar como um forte potencial para o desenvolvimento de atividades cognitivas e motoras, tornando-se, assim, cenário de múltiplos interesses. Também hoje falamos muito sobre sustentabilidade. Apontamos o dever ético, comum a todos os seres vivos. Os educadores devem empenhar-se na tarefa de despertar uma consciência crítica em relação ao cuidado com o planeta. Contudo, essa preocupação só terá sentido se partir da atenção com o espaço mais restrito, que é o do país, da cidade e da casa. Da casa que é a nossa escola. Diante do exposto, torna-se necessário tornar a escola um espaço agradável, de convivência mútua, onde a preservação e a ética são fundamentais, a convivência e o respeito consequências, o resgate da autoestima natural, o desenvolvimento tecnológico necessário, a construção do conhecimento seja o foco, priorizando a todos aqueles que acreditam no papel da educação e no enorme potencial que os alunos apresentam e/ou podem desenvolver.

3. OBJETIVO GERAL: Este projeto visa a melhoria da infraestrutura escolar, por meio de construção, ampliação, reforma, equipando e mobiliando as estruturas físicas, com vistas a melhorar o ambiente escolar e a qualidade de ensino, bem como diminuir a exposição aos riscos de acidentes.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Execução de calçada/passeio no pátio da Escola. Utilizando um concreto cujo FCK= 20MPa, com uma espessura de 5cm.

O solo deverá ser compactado antes da concretagem.

METODO UTILIZADO PARA A EMPREITADA

Entre os regimes passíveis de serem adotados, há o da empreitada por **preço global**, que é “quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total”, e a empreitada por preço unitário, que é “quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas” (art. 6º, VIII, “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93).

A empreitada por preço global deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida para objetos que, por sua natureza, não permitam a precisa indicação dos quantitativos orçamentários.

TEMPO DE EXECUÇÃO DA OBRA:

Conseguir entregar um projeto dentro do prazo estipulado é um dos grandes desafios de qualquer gestor, por isso saber como calcular o tempo de execução de uma obra é o grande ponto a ser levado e discutido.

Existem muitas variáveis e questões que envolvem uma construção, como o gerenciamento de tarefas, calcular o tamanho das equipes para cada etapa, a quantidade de materiais e demais elementos.

Pensando nisso, separamos neste artigo algumas dicas de como entregar o projeto e execução de obras no prazo, deixando o cliente satisfeito com o seu trabalho.

O primeiro passo de como calcular o tempo de execução de uma obra é garantir que a dimensão total da tarefa foi adequadamente dimensionada, para que não ocorram problemas posteriores de prazo.

A chamada “tarefa macro” deve ser repartida em varias etapas, algo que por si so já colabora para a organização da obra, e caso ela não esteja calculada corretamente, fatalmente alguns problemas irão surgir durante o percurso.

Diluir esforços vai ajudar a reduzir o nível de complexidade de demanda, além de diminuir os riscos de todos os que estão envolvidos no projeto.

Aqui estamos falando de se basear em documentos e em obras similares ao que estamos fazendo agora. Para facilitar o processo de como calcular o processo de execução de uma obra, busca-se examinar e analisar papeis, registros e projetos anteriores.

Com isso, mesmo que seja necessário efetuar um outro ajuste, já que cada construção tem sua própria particularidade e história, você já terá uma boa base de dados para se debruçar e ter uma boa estimativa.

Aqui você vai conseguir poupar um bom tempo de levantamento e de pessoal, caso tenha essa possibilidade.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Quando da elaboração do projeto básico, é necessário verificar se o empreendimento necessita de licenciamento ambiental, conforme dispõem as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) n° 001/1986 e n° 237/1997 e da lei 6.938/1981. Se preciso, deve-se elaborar Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), como partes integrantes do Projeto Básico.

O anexo 1 da Resolução n° 237/1997 do Conama lista as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, enquanto o art. 2° da Resolução n° 001/1986 do citado Conselho define as atividades modificadoras do meio ambiente que dependem da elaboração e aprovação de estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental para seu licenciamento:

- Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento;
- Ferrovias
- Portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos;
- Aeroportos;
- Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgoto sanitário;
- Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230Kv;
- Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos;
- Extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão);
- Extração de minério;

- Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos;
- Usina de geração de eletricidade;
- Complexo e unidades industriais e agroindustriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloro químicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos);
- Distritos industriais e zonas estritamente industriais – ZEI;
- Exploração econômica de madeira ou de lenha;
- Projetos urbanísticos, acima de 100Ha. Ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos estaduais ou municipais;
- Qualquer atividade que utilize carvão vegetal, derivados ou produtos similares, em quantidade superior a dez toneladas por dia;

Isto posto:

Carvalhópolis, 31 de janeiro de 2023

Departamento de Engenharia